



Procuradoria Geral do Estado - PGE
Procuradoria Setorial da SEDUC - PGE-SEDUC

Parecer nº 290/2021/PGE-SEDUC

Referência: Processo administrativo nº. 0029.112134/2021-97 - Tomada de Preços nº.: 009/2021/CPLO/SUPEL/RO.

Procedência: Comissão Permanente de Licitações de Obras - CPLO/SUPEL/RO.

Interessado: Secretaria de Estado da Educação - SEDUC.

Objeto: REFORMA PREDIAL DA E.E.E.F.M. FRANCISCA JULIA DA SILVA, NO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS.

Valor estimado: R\$ 861.685,30 (oitocentos e sessenta e um mil seiscentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos) .

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. RECURSO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DA SEJUS QUE DISPÕE DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE APTAS À EXECUÇÃO DE TRABALHO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO TÉCNICA OPERACIONAL PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À ACEITAÇÃO DA PROPOSTA. DESCUMPRIMENTO DAS REGRAS DO EDITAL. CONHECIMENTO. INDEFERIMENTO.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de pedido de análise do julgamento de recursos administrativos interpostos pelas empresas ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP EIRELI (0020176516), E & J SERVIÇOS LTDA – ME (0020162597) e ITA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA (0020111338), em virtude de suas inabilitações na Tomada de Preços nº.: 009/2021/CPLO/SUPEL/RO pelos seguintes motivos:

- ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP EIRELI e ITA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA - por não terem apresentado declaração da SEJUS que dispõe de pessoas privadas de liberdade aptas à execução de trabalho, descumprindo o exigido no item 16.1 alínea "f" do edital.
- E & J SERVIÇOS LTDA – ME - por não ter comprovado capacitação técnica operacional para execução de subestação (posto de transformação), descumprindo o exigido no item 16.4 alínea "d" do edital.

1.2. Os recursos foram submetidos à análise da Comissão Permanente de Licitações de Obras - CPLO que, por meio da Ata SUPEL-CPLO (SEI nº 0020462599), analisou as razões apresentadas mantendo a inabilitação das recorrentes.

1.3. Assim, o presente processo foi encaminhado a esta Procuradoria para fins de análise e parecer acerca da decisão da CPLO.

1.4. Abrigam os autos a Tomada de Preços nº.: 009/2021/CPLO/SUPEL/RO.

É o que importa relatar.

2. ADMISSIBILIDADE

2.1. Em sede de admissibilidade, como bem observado pela CPLO, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

3. DA INTENÇÃO DE RECURSO DAS LICITANTES

3.1. A Licitante **ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP EIRELI (0020176516)**, inconformada com a sua inabilitação no procedimento licitatório em epígrafe, apresentou recurso nos seguintes termos:

Diante de todo exposto, e para todos os fins de atender integralmente aos objetivos do procedimento licitatório em epígrafe, é que vem a ora recorrente e requer digne-se V.Sa. a reverter a decisão da d. Comissão Permanente de Licitação com relação a Tomada de Preço em epígrafe, TENDO EM VISTA QUE SIM, APRESENTAMOS A DECLARAÇÃO prevista no item 16.1 alínea "f" do edital (conforme pagina nº 115 de 123 da encadernação contida no envelope nº 01 denominado "documentos de habilitação") NÃO RESTANDO RAZÕES para manter a inabilitação da recorrente, promovendo o julgamento de sua proposta juntamente com as dos demais licitantes, como medida de inteira legalidade.

3.2. Inabilitada pela mesma falha, a Licitante **ITA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA (0020111338)** arrazoa seu recurso sob o seguinte fundamento:

1. A empresa ITA apresentou no envelope de Documentos de Habilitação, junto aos documentos encadernados, no item 26 de seu sumário, na folha nº 73, a Declaração que a empresa contratará os egressos do sistema prisional, abaixo:

'declara que, caso vencedora, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009, acompanhada de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho'.

2. Observe que pelo texto do edital item 16.1, alínea "f" e da declaração – quem tem que declarar é a empresa e se vencedora – quando da contratação a SEJUS irá fazer a declaração das pessoas aptas para a demanda solicitada para o fornecimento de mão-de-obra.

3.3. De outro giro, a Licitante **E & J SERVIÇOS LTDA – ME (0020162597)** apresenta as seguintes razões:

Desse modo, acreditamos, com base no § 3º do Art. 30 da Lei 8.666/93, que a recorrente comprovou sua aptidão, seja por meio da Certidão de Acervo Técnico ou Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, por ter realizado serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ao exigido no certame, ainda quando em processamento a fase de credenciamento.

4. DECISÃO DO PREGOEIRO (0020462599)

4.1. Compulsando os autos, verifica-se que a Comissão julgou os recursos nos seguintes termos:

*Nesta seara, a Comissão de Licitação mantém a decisão proferida em Ata do dia 17.08.2021, mantendo **INABILITADAS** as empresas **CONSTRUTORA JEP - CONSTRUÇÃO E PROJETOS CIVIL; GONÇALVES PEREIRA & CIA LIDA - ME ; ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP***

5. PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL

a) ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP EIRELI

5.1. A recorrente ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP EIRELI (0020176516) alega não concordar com sua inabilitação tendo em vista que apresentou a declaração prevista no item 16.1 alínea "f" do edital (conforme página nº 115 de 123 da encadernação contida no envelope nº 01 denominado "*documentos de habilitação*").

5.2. No entanto, conforme informado pela Comissão, a desclassificação da proposta da recorrente ocorreu, tendo em vista que a declaração apresentada foi subscrita pelo sócio administrativo da empresa recorrente e não pela Secretaria de Justiça - SEJUS, conforme exigia o item 16.1, alínea "f" do Edital, *in verbis*:

16.1- DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO JURÍDICA:

[...]

f) Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009, acompanhada de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho;

5.3. Constata-se nos documentos apresentados (0019967518 e 0019969153) que **a Recorrente deixou de apresentar juntamente com a sua declaração, a declaração da Gerência de Reinserção Social da SEJUS, logo, não observou os termos do edital.**

b) ITA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA

5.4. Inabilitada pela mesma falha anteriormente elencada, a recorrente ITA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA (0020111338) discorda de sua inabilitação por entender que a declaração da Gerência de Reinserção Social da SEJUS deveria ser apresentada apenas quando da contratação, bastando para a habilitação a declaração emitida por seu sócio.

5.5. Porém, como se pode confirmar no excerto do acima citado (item 5.2 deste parecer), o Edital foi explícito ao exigir, na fase de habilitação, que a declaração da empresa licitante fosse acompanhada da declaração da SEJUS.

5.6. Ademais, compulsando o Edital de Licitação - TP 009/2021 (0018214598), não se detecta qualquer tipo de alusão que faça crer que a apresentação da referida declaração deveria ser postergada ao momento da contratação.

5.7. Desta maneira, é forçoso constatar que **a Recorrente também deixou de apresentar juntamente com a sua declaração, a declaração da Gerência de Reinserção Social da SEJUS, logo, não observou os termos do edital.**

c) E & J SERVIÇOS LTDA – ME

5.8. A recorrente E & J SERVIÇOS LTDA – ME (0020162597) não concorda com sua inabilitação pois, a seu ver, comprovou sua aptidão, seja por meio da Certidão de Acervo Técnico ou Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, por ter realizado serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ao exigido no certame.

5.9. Ocorre que não é isso o que se depreende da análise dos autos. Vejamos o que dispõe o item 16.4, alínea "d" do edital:

d) Atestado de Capacidade Técnica (ACT) acompanhado da respectiva ART em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove a execução anterior de obras, com características semelhantes ao objeto da licitação. Os atestados serão aceitos somente quando constarem o número e acompanhado da respectiva ART que lhe deu origem:

* Execução de estruturas metálicas;

* Execução de piso granilite;

* Execução de subestação (posto de transformação);

5.10. Compulsando os documentos apresentados pela licitante para sua habilitação (0019966801 e 0019966851), não se detecta nenhum atestado de capacidade técnica que comprove a execução anterior de obras que contivesse a execução de subestação (posto de transformação), nem tampouco qualquer outro serviço similar a este.

5.11. Ademais, ao apresentar suas razões a recorrente se limita alegar a existência de similaridade de serviços anteriormente realizados, mas sequer indica, dentre a documentação apresentada, qual serviço entende que poderia ser considerado equivalente ao exigido no edital.

5.12. Diante de tais motivos, é imperioso reconhecer que **a Recorrente não logrou êxito em comprovar a capacidade técnica na execução de subestação (posto de transformação), logo, não observou os termos do edital.**

d) OBSERVAÇÕES COMUNS

5.13. Sabe-se que é dever da Administração zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado e, tampouco, restem feridos os direitos dos demais licitantes, de acordo com os princípios da Isonomia e da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

5.14. Frisa-se que, cabe ao licitante verificar e, mediante certeza de seu anseio de participação e adesão às regras do edital, em direto cumprimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, disposto expressamente na legislação esparsa administrativa por meio dos Arts. 3º e 41, da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme recortes a seguir:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

5.15. Com efeito, a habilitação das recorrentes, nos moldes em que são postas as pretensões recursais, infringiria os princípios da vinculação ao Edital, bem como da impessoalidade e moralidade, dando-lhes benesses em detrimento às demais licitantes, o que é vedado.

5.16. Destarte, não tendo as recorrentes apresentado os documentos necessários à habilitação, correta a decisão da Comissão Permanente de Licitações de Obras - CPLO em manter suas inabilitações.

6. CONCLUSÃO

6.1. Ante o exposto, sob o viés jurídico, esta Procuradoria Geral do Estado **não verifica qualquer irregularidade na decisão da Comissão Permanente de Licitações de Obras - CPLO, que julgou improcedente as intenções de recurso apresentadas.**

6.2. O presente parecer segue para aprovação por parte do Procurador Geral do Estado, de acordo com o art. 9º, II, da Resolução n. 08/2019/PGE/RO.

6.3. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso à decisão superior, conforme previsto no art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.

Porto Velho, 22 de setembro de 2021.

LEONARDO FALCÃO RIBEIRO

Procurador do Estado



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Falcao Ribeiro, Procurador(a)**, em 22/09/2021, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0020834308** e o código CRC **9A199F64**.

Referência: Caso responda este Parecer, indicar expressamente o Processo nº 0029.112134/2021-97

SEI nº 0020834308